

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/EMDUR/2021 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº: 57/2022/GAMA/SUPEL/RO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.
0026.069179/2021-64.

M.R.D.PAIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.600.520/0002-70, com sede à Av. Dos Imigrantes, nº 6297, Bairro Aponiã, Porto Velho-RO, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fulcro no Inciso LV do Art. 5º da Carta Magna do Brasil c/c art. 24, do Decreto Federal n. 10.024/19, bem como, no item 3.1 do instrumento convocatório, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

pelos fundamentos de fato e de direito a seguir articulados, oportunidade em que, ao final, requererá.

a) Requisito Procedimental – Demonstração da Tempestividade

Antes de passar a discorrer ponto a ponto sobre o objeto da contrarrazão, o que será argumentado na narração dos fatos e dos direitos da impugnante, sobreleva-se ressaltar que o Decreto Federal n. 10.024/19 estabelece o prazo de até três dias antes da abertura do certame para apresentação de impugnação, vejamos:

Art. 24. **Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão**, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores à data fixada** para abertura da sessão pública. .(g.n.)

Nesse passo, o prazo estabelecido para abertura do certame é 10 horas do dia 06 de março de 2022, logo, resta integro o prazo para apresentação de impugnação ao instrumento convocatório até o dia 01 de abril de 2022, sendo esse o prazo final, demonstrada, assim, está a tempestividade da presente impugnação.

Registre-se, no entanto, que a luz da doutrina e da jurisprudência recursos e impugnações dirigidas ao poder público no âmbito de licitações contratos administrativos, ainda que intempestivos, devem ser analisados sob a ótica do direito de petição, muito mais ainda, quando devem conta de alguma ilegalidade, uma vez que a administração tem o poder-dever de anular seus atos eivados de ilegalidade, e que a omissão pode representar prevaricação, nesse sentido, vejamos o acórdão n. 1963/2018 – TCU – Plenário:

[...]

80. **Ainda que a impugnação fosse intempestiva**, é interessante destacar que o mesmo doutrinador mencionado pela Eletrobras entende que a Administração deve responder à eventual impugnação apresentada fora do prazo de modo a assegurar a eficácia do direito de petição:

Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à

Administração. Seguindo a melhor técnica processual, o pregoeiro deve registrar na sua resposta um parágrafo inicial informando que a impugnação foi protocolizada fora do prazo, sendo intempestiva, fato que implica a impossibilidade de ser conhecida. Esclarecerá, no entanto, que na sua condição de servidor público, tendo compromisso com a legalidade e com o dever de assegurar a eficácia do direito de petição, passar a apreciar, de ofício, os pontos debatidos.

1. DO OBJETO DO CERTAME

O objeto do certame cujo instrumento convocatório resta impugnado consiste em Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Lavadeira, para lavagem de roupas de cama e pessoal dos idosos institucionalizados na Casa do Ancião São Vicente de Paula, com fornecimento de material de consumo e insumos, bem como, equipamentos, mão de obra adequados à completa execução dos serviços, em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênicas e sanitárias adequadas para atender as necessidades encontradas nesta Unidade, conforme Memorando nº 69/2020/SEAS-CASA, por um período de 12 (doze) meses.

2. DAS RAZÕES DE MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O objeto do certame estabelecido no preâmbulo do edital de licitações é serviços de lavanderia visando atender os idosos da Casa do Ancião São Vicente de Paula, vejamos o item 2.1 do instrumento convocatório:

2.1. Do Objeto: Contratação de **Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Lavadeira, para lavagem de roupas de cama e pessoal dos idosos institucionalizados na Casa do Ancião São Vicente** de Paula, com fornecimento de material de consumo e insumos, bem como, equipamentos, mão de obra

adequados à completa execução dos serviços, em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênicas e sanitárias adequadas para atender as necessidades encontradas nesta Unidade, conforme Memorando nº 69/2020/SEAS-CASA, por um período de 12 (doze) meses. (g.n.)

Nesse sentido, o objeto do certame está muito bem definido no item 2.1 do instrumento convocatório, **no entanto, o termo de referência anexo ao edital, diverge do objeto supra destacado e faz menção a lavanderia hospitalar**, vejamos o item 3.3:

Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviço de Lavanderia Hospitalar com responsabilidade de equipamentos e demais utensílios, materiais de consumo, realização de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, para atender as necessidades do Casa do Ancião São Vicente de Paula, de forma contínua, por um período de 12 meses. (g.n.)

Notadamente, a Casa do Ancião São Vicente não é uma unidade hospitalar, tampouco presta serviços hospitalares e ou possui natureza de unidade hospitalar ou mesmo instalações que possam ser consideradas de natureza hospitalar, caso assim o fosse, necessário seria que a Casa do Ancião São Vicente possuísse licenças de funcionamento e de saúde com tal natureza, inclusive com profissionais médicos responsáveis, bem como, deveria até, a luz da separação de competências das Secretarias do Estado, estar vinculada à Secretaria de Saúde e não à Secretaria de Assistência Social.

Tal descrição não condiz com a natureza jurídica da Casa do Ancião São Vicente e **traz implicações para o certame que podem restringir a competição**, uma vez que afastaria licitantes que embora atuem no seguimento

de lavanderia não efetuam a lavagem de roupas hospitalares, até por conta das exigências legais para o exercício de tal atividade.

A exemplo das implicações jurídicas ao se permitir um descritivo com a menção a lavanderia hospitalar, temos que a contratada deverá quando da execução dos serviços apresentar alvará de saúde compatível, vejamos item 6.1.9 do termo de referência:

6.1.9. O licitante deverá **apresentar Alvará de Funcionamento da Saúde expedido pela Vigilância Sanitária Municipal, estadual ou pela ANVISA** compatível com os objetos da licitação; (g.n.)

Nesse sentido, o alvará deverá ser o de lavanderia hospitalar, como tido, afastando licitantes que não possuem tal atividade em razão de um descritivo que não condiz com a real natureza dos serviços a serem prestados, o que **pode indicar aos órgãos de controle um possível direcionamento da licitação.**

Em outra linha, as licitantes que atuam no seguimento de lavanderia hospitalar necessitam de equipamentos específicos, adaptações físicas mais específicas e, ainda, possuem um custo extra com licenciamento de alto risco.

Assim, todo o custo extra que as licitantes que atuam com lavagem de roupas e tecidos hospitalares possuem é repassado ao cliente no valor dos serviços, de modo que, exigir-se o descritivo em tela eleva os custos dos serviços que em realidade não são necessários o que pode configurar eventual dano ao erário público.

Importante destacar que a norma que rege as contratações públicas, isto é, a Lei Nacional n. 8.666/93, estabelece não se pode realizar compra e, leia-se, tomar serviços, sem uma caracterização adequada do objeto do certame, o que não se vê no presente certame, a caracterização do objeto não condiz com a natureza dos serviços a serem prestados, vejamos o art. 14 da Lei Nacional n. 8.666/93:

Art. 14. **Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto** e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa

Por fim, há de se destacar que a luz da Lei Nacional n. 8.666/93, a licitação deve garantir a observância do princípio da seleção da proposta mais vantajosa, sendo vedado aos agentes públicos admitir ou prever nos instrumentos convocatórios condições restrinjam a competição, vejamos:

Art. 3º **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12

deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (g. n.)

No presente caso, além de ser dúbia a caracterização do objeto do certame, pois no edital onde se destaca o objeto certame fala-se apenas em lavanderia, já no termo de referência há varias menções a lavanderia hospitalar, no entanto, como tido, o local que tomará o serviço não é unidade hospitalar nem possui tal natureza jurídica, logo, trata-se de dubiedade que traz uma restrição a competição e fere o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, razão pela qual deve ser readequada.

Pelo exposto, necessário se faz estabelecer de forma clara que se trata de serviços de lavanderia comum.

3. DOS PEDIDOS.

Isto posto, amparada na lei e demais dispositivos legais, embasadores e fundamentadores da presente IMPUGNAÇÃO, REQUER a recorrente de Vossa Senhoria, o que segue:

- a) Seja recebida por tempestiva e conhecida a presente IMPUGNAÇÃO, para modificar o instrumento convocatório excluindo-se as menções a lavanderia hospitalar, vez que a natureza jurídica dos serviços não é hospitalar sendo tal exigência é desnecessária e restringe a competição.

Nestes Termos,

Pede Provimento.

Porto Velho/RO, 01 de abril de 2022.

Marcos Roberto Dantas Paiva

R.G.: 556.785 SSP-RO
C.P.F.:606.108.162-68
Proprietário